

Capítulo 7

Experiências de formação docente no museu: diálogos a partir da extensão

Nilzilene Imaculada Lucindo

Daniel Cardoso Alves

Macilene Vilma Gonçalves Ribeiro

Contornos iniciais

Em pesquisa realizada em 2020 na Plataforma Museubr,¹ identificou-se que há 437 instituições museológicas cadastradas no estado de Minas Gerais. Entre essas, destaca-se o Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), órgão suplementar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e relevante espaço de preservação do patrimônio natural e cultural, dedicado a atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e lazer.

O MHNJB, segundo consta no plano museológico (UFMG, 2015), ocupa hoje uma área de 600.000 m² e está instalado em um terreno que no final do século XIX era ocupado pela Fazenda Boa Vista, que, na época da construção da capital mineira, foi desapropriado e adquirido pelo governo de Minas com o propósito de implantar um horto florestal. Posteriormente, em 1912, o horto foi transformado na Estação Experimental de Agronomia de Minas Gerais e no ano de 1953 no Instituto Agrônomico, extinto em 1968. Parte da área desmembrada do instituto foi repassada para a UFMG, e em 1969 foi instalado o museu. Posteriormente, no ano de 1973, a universidade recebeu mais uma parte de mata nativa com vistas à criação de um Jardim Botânico, e em 1979, toda a área foi doada à instituição.

O acervo do MHNJB é constituído por coleções de distintas áreas do conhecimento, como arqueologia, paleontologia, geologia, botânica, zoologia, etnografia, cartografia histórica, arte popular e documentação bibliográfica e arquivística. Além disso, também é famoso por abrigar o Presépio do Pípiripau, obra tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no ano de 1984 (UFMG, 2015).

Como museu universitário, desde a sua inauguração, a instituição se dedica a divulgar o conhecimento científico que vem

1 Instituída pela Portaria nº 06, de 09 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a instituição da plataforma Museubr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros (BRASIL, 2017).

sendo produzido a partir do seu acervo, tornando-se basilar para a realização das atividades de ensino e extensão. Além da produção científica institucional e da divulgação dos resultados de diversas pesquisas que tomam o museu e seu acervo como campo de investigação, a popularização da ciência se dá também por meio de atividades educativas e culturais coordenadas pelo Centro de Extensão/Setor Educativo, em articulação com os demais setores. Com o apoio da Pró-reitoria de Extensão (Proex) da UFMG, uma das ações mais tradicionais do MHNJB é o Programa de Educação Ambiental e Patrimonial, que vem sendo desenvolvido desde 1989 e abarca vários projetos e eventos destinados à comunidade em geral.

Para o incremento dessas ações, o subsídio ofertado pela Proex é de suma importância, na medida em que torna possível viabilizar bolsas para estudantes de graduação dos diversos cursos da UFMG, em consonância com as áreas de conhecimento de interesse do MHNJB. Os bolsistas são graduandos que, ao mesmo tempo em que se formam, têm também a tarefa de mediar a relação entre o visitante e as exposições, promovendo a formação do público espontâneo que visita a instituição e do público escolar da educação básica e superior. O apoio da Proex permite, ainda, efetivar múltiplas ações de cunho extensionista voltadas para públicos específicos que se apropriam desse espaço, a exemplo de professores da educação básica e alunos das variadas licenciaturas da própria UFMG e de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

À luz das linhas tecidas anteriormente, inserem-se no debate três questões que instigam e norteiam a reflexão deste texto. A primeira relaciona-se com a extensão; a segunda diz respeito ao espaço museológico; e a terceira é inerente ao público que visita a instituição. Todas essas questões encontram-se imbricadas com o propósito do capítulo, uma vez que é seu intento apresentar e analisar as ações de extensão que são realizadas em um museu universitário, as quais têm como público-alvo docentes e discentes de licenciaturas. Na universidade, ensino,

pesquisa e extensão são atividades indissociáveis. Ao se posicionar acerca da formação universitária, Severino (2009) registra o potencial e o alcance da extensão. Na sua ótica, “[...] a extensão tem grande alcance pedagógico, levando o jovem estudante a vivenciar sua realidade social”. [...] A extensão cria então um espaço de formação pedagógica, numa dimensão própria e insubstituível” (SEVERINO, 2009, p. 262).

Marandino (2013) entende que a extensão se relaciona de forma indissociável com a educação e a ciência. Para essa autora:

Escolas, museus, programas de rádio e televisão, revistas, jornais impressos e a mídia em geral devem se colocar como parceiros nessa empreitada de socializar o conhecimento científico de forma crítica para a população. Neste contexto, a universidade se insere como uma instituição fundamental de promoção do acesso ao conhecimento, seja por meio de seus cursos de graduação e pós-graduação – o ensino –, seja por meio das ações de extensão, sem contar a perspectiva de entender a divulgação científica como parte da cultura científica (MARANDINO, 2013, p. 91).

Verifica-se, com base nas ideias de Severino (2009) e Marandino (2013), o alcance que a extensão possui ao se aproximar do contexto social sob dois ângulos: primeiro, por disponibilizar o conhecimento produzido no âmbito universitário para seus extramuros; segundo, por possibilitar que a formação profissional seja construída em diálogo e em vivências com a própria realidade social.

Em relação ao espaço museológico, observa-se que essas instituições se configuram como lócus de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, de pesquisa e de formação, além de se tornarem aliadas de outras instituições, a exemplo da escola, na formação de sujeitos. Dotadas de enredos e narrativas múltiplas, elas têm potencial para contar histórias, estimular a memória e a imaginação, provocar indagações e transgressões, suscitar sentimentos, reconhecer grupos e culturas. Permitem

vivências singulares e também problematizam questões e contextos diversos. São espaços privilegiados, planejados para o construir e o desconstruir do pensamento.

No caso específico do MHNJB, seu acervo traz ao público a possibilidade de conhecer os vestígios, os testemunhos e os artefatos culturais e artísticos de povos históricos e pré-históricos; espécimes da flora e fauna local, além de propiciar uma reflexão acerca da preservação do patrimônio cultural e ambiental.

Quanto às pessoas atendidas pelas ações de extensão que serão abordadas neste texto, trata-se do público atuante na educação básica e superior, além de graduandos. Ao discutir a função educativa de um museu universitário, Vasconcellos (2014) demonstra sua preocupação com o atendimento do público escolar:

Temos a convicção da importância desta clientela e, portanto, é imprescindível pensarmos sobre este público não desobrigando-nos das atividades educativas com alunos e professores, ou seja, não podemos, por omissão, nos anularmos como lugar de produção e disseminação de conhecimentos (VASCONCELLOS, 2014, p. 295).

Nesse sentido, justificam-se os motivos de se desenvolver ações voltadas para o público que visita o MHNJB a partir de três aspectos: o primeiro é inerente ao contexto em que se situa esse museu, por estar inserido na universidade, é um local em que se desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão embasadas em seu acervo. Nesse tripé, a pesquisa sustenta a extensão e seus resultados necessitam ser viabilizados à sociedade, o que pode se dar por meio da prática de ações de extensão. O segundo aspecto diz respeito ao fato de que museus não são apenas espaços detentores de coleções, uma vez que entre as suas funções estão a de comunicar e expor; logo, sem seu público, o museu inexistente, visto que ele serve à

sociedade. E o terceiro revela que, se há um público específico, cativo, frequente, é vital se aproximar dele, estabelecer diálogos profícuos e atender suas demandas. Ademais, os profissionais que atuam nas instituições museais necessitam buscar formas de demonstrar o potencial que o museu possui.

Então, por que promover ações voltadas para professores? Acredita-se que os docentes podem se apropriar mais desses espaços e aproveitar suas potencialidades pedagógicas. Para tanto, precisam conhecê-los. Assim, também poderão contribuir com a inclusão de novos públicos e modificar a visão depreciativa que muitas pessoas ainda detêm em relação aos museus.

Entendidos como sujeitos que vivem experiências no tempo, os professores mudam sua prática no diálogo com a cultura, no encontro com outros sujeitos em diferentes espaços e tempos, como teatros, clubes de lazer, eventos acadêmicos, cursos de formação continuada, teatros, salas de cinema e museus. Os docentes são formados nesses espaços e neles fazem opções do que ensinar, de como ensinar ou de que forma vão partilhar os conhecimentos adquiridos com os estudantes em sala de aula. Tornam-se professores, adquirem experiências e as usam na construção de sua visão de mundo (PEREIRA; BRAGA, 2013, p. 92).

A riqueza do espaço e do acervo do MHNJB, ampliada pelo seu potencial interdisciplinar, tornaram possível, ao longo dos cinco últimos anos, a proposição de três ações extensionistas dirigidas a docentes e discentes em formação: a oficina “O Professor no Museu”; o Encontro de Formação de Pedagogos “O Pedagogo no Museu” e o “Ciclo de Formação Docente no Museu”. Este capítulo aborda os achados dessas ações, abordagem que assume relevância ao consolidar o museu como espaço potente para o fazer extensionista, bem como lócus apropriado para o desenvolvimento de práticas de formação docente que extrapolam o universo formal de ensino.

O texto está estruturado em quatro seções. A primeira constitui-se nesta introdução, que evidencia, de forma sintética, a história do MHNJB, situando o leitor acerca do lócus de desenvolvimento das experiências de formação que serão tratadas. O marco teórico é abordado na segunda seção, com base em autores como Cazelli e Valente (2019); Chagas (2007); Desvallées e Mairesse (2013); Julião (2006); Nascimento Júnior e Chagas (2006); Pereira e Braga (2013), entre outros, e ilustra questões inerentes à instituição museológica. Na seção três são retratadas as ações em pauta, buscando explorar a relação museu, extensão e formação de professores. Na última seção, algumas considerações são salientadas.

Marco teórico

Julião (2006) destaca que a palavra "museu" tem origem grega e, no decorrer dos tempos, alcançou novos sentidos. No contexto europeu, as coleções constituídas entre os séculos XV e XVIII foram transformadas em museus no fim do século XVIII, transcendendo o limite do privado que as restringiam a um público seletivo e específico, como seus proprietários e pessoas ligadas a eles, para tornarem-se abertas ao público. A Revolução Francesa contribuiu com esse contexto ao pensar em regulamentações para a proteção do seu patrimônio. Assim, data do século XIX o surgimento de importantes museus na Europa, época em que também surgiram os primeiros no Brasil. Segundo a autora:

É possível dizer que no século XIX firmaram-se dois modelos de museus no mundo: aqueles alicerçados na história e cultura nacional, de caráter celebrativo, como o Louvre, e os que surgiram como resultado do movimento científico, voltados para a pré-história, a arqueologia e a etnologia, a exemplo do Museu Britânico. No Brasil, os museus enciclopédicos, voltados para diversos aspectos do saber e do país, predominaram até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio como no resto do mundo, em

face da superação das teorias evolucionistas que os sustentavam. Embora a temática nacional não constituísse o cerne desses museus, tais instituições não deixaram de contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos (JULIÃO, 2006, p. 20).

Chagas (2007) registra que, no contexto brasileiro, os museus antecedem a abertura das universidades e se configuravam como espaços de pesquisas e de formação de cientistas, atividades que, na atualidade, são típicas da instituição universitária, ratificando o histórico caráter educacional dos museus.

Conforme destaca Julião (2006), a partir da década de 1960, os museus foram impactados por um novo processo de transformação desencadeado por pressões sociais, as quais contribuíram para aproximar a sociedade da cultura museológica. Nas palavras da autora:

Os museus iniciam um processo de reformulação de suas estruturas, procurando compatibilizar suas atividades com as novas demandas da sociedade. Deixam de ser espaços consagrados exclusivamente à cultura das elites, aos fatos e personagens excepcionais da história e passam a incorporar questões da vida cotidiana das comunidades, a exemplo das lutas pela preservação do meio ambiente e da memória de grupos sociais específicos. Atuando como instrumentos de extensão cultural, desenvolvem atividades para atender a um público diversificado – crianças, jovens, idosos, deficientes físicos – e, ao mesmo tempo, estendem sua atuação para além de suas sedes, chegando às escolas, fábricas, sindicatos e periferias das cidades (JULIÃO, 2006, p. 25).

Na década de 1970, marcos simbólicos como a IX Conferência Geral do International Council of Museums (Icom), realizada

em Paris e Grenoble,² e a Mesa Redonda de Santiago do Chile³ possibilitaram uma discussão acerca da função social das instituições museológicas. A compreensão de Julião (2006) também é evidenciada por Nascimento Júnior e Chagas (2006, p. 13):

[...] a nova museologia contribuiu para a valorização das pessoas, dos territórios e do patrimônio cultural, para a acentuação da dimensão política dos museus e também para a compreensão de que eles são processos onde estão em jogo, ao mesmo tempo: memória e poder, esquecimento e resistência, tradição e contradição.

Em conformidade com o entendimento expressado por esses autores, apreende-se que, com a ressignificação da museologia, o público passa a ocupar um lugar central nas finalidades das instituições, uma vez que elas assumem também um papel crítico e reflexivo na medida em que contribuem para a formação do sujeito socialmente ativo.

O Caderno de Diretrizes Museológicas (2006, p. 151), publicação editada pelo Ministério da Cultura, apresenta em seu glossário um conceito para o termo museu, acompanhada da definição elaborada pelo Conselho Internacional de Museus (Icom):

Museu – espaço/cenário, institucionalizado ou não, onde se desenvolve a relação específica do homem/sujeito com o objeto/bem cultural. Em uma definição de caráter operacional, de 1974, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) conceitua museu como “estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa,

2 Mais informações sobre a Conferência Geral do Icom podem ser encontradas no site: <https://icom.museum/en/our-actions/events/general-conference/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

3 Mais informações sobre a mesa-redonda de Santiago do Chile em 1972, da Icom, podem ser encontradas em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>. Acesso em: 14 mar. 2022.

comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente”.

No Brasil, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, define os museus como

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, p. 1).

Com base nos conceitos adotados e, especificamente, o abordado pelo Icom, Chagas (1985, p. 183) apresenta uma reflexão pertinente: “[...] o material de trabalho do museu é o produto da relação do homem com o seu ambiente”. Nesse sentido, o autor indaga: “[...] Esgota-se na seleção, conservação e exposição de evidências materiais, os serviços do museu?” (CHAGAS, 1985, p. 183).

Respondendo ao questionamento de Chagas (1985), observa-se que esses conceitos trazem em si outras finalidades, em especial a educação, o que desestabiliza a noção de museus como espaços restritos a atividades de selecionar, conservar e expor bens materiais e imateriais. Como a educação extrapola a vida das pessoas de forma plena, permanente e constante, é corroborada a perspectiva de uma museologia imbricada com as dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e ambientais que são os pilares para a construção de uma sociedade pautada em valores nobres, livres, justos e éticos. Nessa lógica, justifica-se a imprescindibilidade da educação museal, que, na concepção de Desvallées e Mairesse (2013, p. 38), “[...] pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o

desenvolvimento do visitante [...]”. As ações educativas que se realizam nesses espaços são:

[...] procedimentos que promovem a educação no museu, tendo relação entre o homem e o bem cultural como centro de suas atividades. Pode estar voltada para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando em doutrinação e domesticação, ou para a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Neste caso, deve ser entendida como uma ação cultural, que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida dessa maneira, a ação educativa nos museus promove sempre benefício para a sociedade, determinando, em última instância, o papel social dos museus (NASCIMENTO; TOLENTINO; CHAGAS, 2006, p. 149).

Trata-se de uma educação essencialmente dialógica, que considera a cultura como fruto da relação social dos sujeitos com os bens culturais que são produtos das necessidades e relações humanas, pois conforme destacam Nascimento Júnior e Chagas:

[...] os museus são pontes entre culturas, são portas que se abrem e se fecham para diferentes mundos, são espaços de “convivência entre diferentes”. Os museus estão, portanto, inteiramente mergulhados na política e, por isso, também estão em relação com a liberdade e com a ausência de liberdade. De outro modo: os museus, assim como a memória e o patrimônio, tanto podem servir para conformar quanto para transformar, tanto podem servir para tiranizar quanto para libertar (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2006, p. 14).

Os museus, a depender dos seus usos, tanto libertam quanto domesticam os sujeitos.

Identificar e reconhecer esse lugar de notável relevo dos museus em diferentes temporalidades e localidades implica o reconhecimento de que eles são, ao mesmo tempo, casas de memória, lugares de representação social e espaços de mediação cultural. Como casas de memória eles podem ser acionados visando o desenvolvimento de ações de preservação e de criação cultural e científica, como lugares de representação eles podem ser utilizados para teatralizar o universal, o nacional, o regional, o local, o étnico e o individual e como espaços de mediação ou de comunicação eles podem disponibilizar narrativas menos ou mais grandiosas, menos ou mais inclusivas para públicos menos ou mais ampliados (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2006, p. 11).

A concepção de educação adotada nesses espaços define essa linha tênue entre liberdade e dominação; alteridade e austeridade; reconhecimento e negação. As instituições museológicas têm potencial para “[...] promover diálogos, confrontos, deslocamentos e afirmações identitárias. E, portanto, são ambientes de formação, tanto para educadores que atuam diretamente na instituição museal, quanto para professores que dele fazem uso educativo” (PEREIRA; BRAGA, 2013, p. 87). Enfim, os museus ainda podem contribuir com outras instâncias formativas, potencializando a aprendizagem do sujeito, especialmente “[...] acerca do valor do conhecimento sobre seu passado e presente, com vistas ao futuro” (CAZELLI; VALENTE, 2019, p. 23).

O uso educativo do museu necessita ser potencializado, mas, para tanto, há de se pensar na forma como o público é acolhido, especificamente os professores.

[...] a desvinculação do museu com a sociedade pode ser interferente nas percepções que os professores elaboram a respeito da função social do museu, o que pode reforçar uma compreensão deste como instituição encastelada, inacessível ou sacralizada. Sendo assim, e levando-se em conta os territórios de pertencimento em que se realizam as experiências, avaliamos que os vínculos sociais estabelecidos pelos

museus podem interferir favoravelmente no desenvolvimento de projetos de parceria destes com os professores e nas impressões que os docentes têm sobre o museu e seu papel na sociedade, com repercussões na prática educativa (PEREIRA; BRAGA, 2013, p. 90-1).

Os professores – público significativo nos museus –, enquanto mediadores do conhecimento, podem angariar novos sujeitos para essas instituições. Nisso reside a importância de práticas que promovam a aproximação dos docentes para estimular laços de pertença e uma quebra de paradigmas em relação ao acesso a esses espaços e ao seu papel educativo na sociedade.

As ações extensionistas de formação de professores no MHNJB

De acordo com o artigo nº 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), o gozo de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assim como a obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, são primados maiores que caracterizam uma IES como universidade.

Consoante a esse artigo, a Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), define as universidades como “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]” (BRASIL, 1996). E é competência delas, no exercício de sua autonomia, estabelecerem “[...] planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão” (BRASIL, 1996).

Em relação às atividades de extensão, o artigo nº 43 da LDBEN/1996 as insere no rol de finalidades demandadas para a educação superior, cabendo às universidades:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

No cumprimento de suas finalidades indissociáveis – ensino, pesquisa e extensão –, as universidades, segundo a CF/1988 e a LDBEN/1996, não podem se abster de inserirem esse tripé, eixo fundamental para que uma IES seja considerada universidade, nas suas normativas, entre as quais se destaca: estatuto, regimento geral, projeto pedagógico institucional e plano de desenvolvimento institucional. Essas normativas estabelecem diretrizes para a política extensionista que se materializará nos projetos pedagógicos dos cursos, nas resoluções acadêmicas, nos programas de permanência e assistência estudantil, nos editais de fomento e nos diversos programas, projetos e eventos de extensão.

Para atendimento de todo esse arcabouço jurídico-acadêmico regulamentado para a educação superior no Brasil, a extensão universitária passa a se configurar na academia como um processo educativo, cultural e científico realizado em articulação com o ensino e a pesquisa com vistas a promover o diálogo entre universidade e sociedade. Ela possibilita o encontro com a comunidade, é uma atividade-fim que possibilita a práxis do conhecimento acadêmico em seu entorno, ou seja, a ação transformadora da sociedade e da universidade.

Partindo desse princípio de que a extensão universitária impacta diretamente a comunidade, o MHNJB, enquanto museu universitário há algum tempo vem sendo apropriado como locus para a realização dessa práxis, tendo em vista as finalidades desses espaços:

- Abrigar/formar coleções significativas para desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão;
- Dar ênfase ao desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo;
- Manter disciplinas que valorizem as coleções e as pesquisas sobre as coleções;
- Participar da formação de trabalhadores de museus;
- Propor programas de extensão: cursos, exposições, atividades culturais, atividades educativas baseadas nas pesquisas e no acervo;
- Manter programas voltados para diferentes públicos: especializado, universitário, escolar, espontâneo, entre outros, dependendo da disponibilidade de coleções semelhantes na região e do interesse dos diferentes públicos (ALMEIDA, 2001, p. 5).

Apreende-se, portanto, que, nos museus, a promoção de atividades, como “[...] visitas ‘orientadas’, ‘guiadas’ [...], programas de atendimento e preparo dos professores, oficinas, cursos e conferências, mostras de filmes, vídeos, práticas de leitura, contação de histórias, exposições itinerantes [...]” (FALCÃO, 2009, p. 16), é potencializada por uma extensão universitária empenhada na articulação do ensino e da pesquisa e no fortalecimento da relação entre comunidade e universidade.

Com foco nesse empenho extensionista e considerando o MHNJB como espaço fértil para a realização de programas de atendimento e preparo dos professores, foram desenvolvidas ações de extensão em 2015, 2017 e 2019, que tiveram como aspecto comum o foco na formação docente para apropriação e aproveitamento da potencialidade pedagógica de espaços não escolares, especialmente, os museológicos. Assim, sequencialmente, apresentamos os principais resultados dessas ações.

Oficina “O Professor no Museu”

“O Professor no Museu” é uma ação estruturada no formato de oficina que foi instituída no MHNJB no ano de 2012. Em

2015, foi realizada a quarta edição, cujo objetivo era acolher os educadores interessados em desenvolver atividades educativas no MHNJB, propiciando maior conhecimento sobre os espaços expositivos e as potencialidades pedagógicas da instituição.

A sua natureza extensionista era constituída, sobretudo, da intenção de estreitar as relações socioeducativas entre espaços não escolares e escolares, para que os professores e seus alunos ultrapassassem os muros da escola e conhecessem outros locais com rico potencial para aprendizagem e experimentação dos conteúdos abordados na sala de aula.

Essa oficina, que integrou a XIII Semana de Museus no MHNJB – evento nacional proposto pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) –, abrangeu a temática “Museus para uma sociedade sustentável”, lema do evento definido pelo Ibram.

Com oferta gratuita, foram 62 inscrições de candidatos interessados em preencher as 60 vagas disponibilizadas, no entanto, participaram efetivamente 40,3% dos inscritos, isto é, 25 professores de múltiplas áreas do conhecimento e estudantes de cursos de licenciaturas da UFMG e outras instituições, oriundos das cidades mineiras de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ouro Preto e Resende Costa.

As atividades executadas na oficina foram custeadas com recursos do Programa de Apoio Institucional a Eventos (PAIE) da UFMG e do próprio MHNJB, como preconizam o artigo nº 213 da CF/1988 e o artigo nº 77 da LDBEN/1996, respectivamente:

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público (BRASIL, 1988).

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996).

A oficina contou com uma programação diversificada, em constante articulação entre teoria e prática, compreendendo – além da recepção, do credenciamento e da certificação dos inscritos – abertura com o painel “Museus para uma sociedade sustentável” e com as palestras “Informação, mediação: museus e sustentabilidade” e “Como economizar água sustentavelmente”; debate e diálogo com os participantes a partir das temáticas abordadas pelos palestrantes; visita aos espaços expositivos do MHNJB; caminhada pela trilha; e momento cultural “Contação de Histórias”.

No encerramento, foi proposta uma avaliação da ação a partir de uma ficha-questionário. A totalidade dos participantes devolveu o instrumento avaliativo devidamente preenchido, por meio do qual se constatou que: 88% avaliaram a programação proposta como ótima; 76% consideraram relevantes os conceitos e temas abordados nas atividades; 80% expuseram o interesse em aplicar os conceitos e as experiências vivenciadas; 72% qualificaram como ótima a forma de divulgação dos encontros; 88% definiram como ótima a escolha do MHNJB como local para a realização dos encontros; e 100% declararam que a ação atingiu o objetivo proposto e demonstraram interesse em participar de outros eventos no MHNJB.

Esses percentuais associam-se a algumas declarações dos participantes:

O evento foi muito enriquecedor para a minha formação, como as visitas e as informações dos monitores (S064).

Foi uma experiência maravilhosa porque observei que foi uma maneira de professores entenderem o que o museu faz, o seu papel e a sua importância na educação. Além disso, achei muito interessante a preocupação dos monitores em mediar de forma interdisciplinar e como isso é trabalhado aqui (S12).

4 Para preservar o anonimato dos participantes dos questionários, eles serão nomeados como S06, S12, S14 etc.

Achei a programação super apropriada e as ideias da implantação de trilhas para crianças super monitoradas para o ensino. O museu como um todo é fantástico. A equipe está de parabéns! (S14).

Os percentuais avaliativos combinados com os respectivos depoimentos permitiram apreender que a oficina “O Professor no Museu” cumpriu com a finalidade de uma ação extensionista, possibilitar atividades que se articulam com ensino e pesquisa de modo a convergirem para a produção de conhecimentos que tanto atendam às demandas existentes quanto criem necessidades no contexto em que as instituições universitárias estão inseridas, no caso específico, a instituição museológica da UFMG, o MHNJB. Esse entendimento, complementado pela observação e contato com os participantes, deve-se, sobretudo, à constatação de que, segundo os discursos expressos na ficha-questionário, a formação teórico-prática propiciada por essa ação enriqueceu o trabalho de docentes, além de ter ampliado e contribuído com a formação dos estudantes de licenciatura, possibilitando aos educadores refletir sobre o planejamento da visita ao MHNJB e romper com paradigmas em relação ao conceito de museu, bem como estimular a aprendizagem coletiva por meio de trocas de experiências com sujeitos diversos.

Encontro de Formação de Pedagogos: “O Pedagogo no Museu”

“O Pedagogo no Museu” é um encontro de formação de pedagogos que foi desencadeado a partir da constatação obtida, em 2014, por meio da oficina “O Professor no Museu”. Apesar de não se restringir ao profissional da pedagogia, ele tinha como público predominante o pedagogo.

Com isso, no ano de 2015, instituiu-se no MHNJB o Encontro de Formação de Pedagogos “O Pedagogo no Museu” com vistas à ampliação do conhecimento dos licenciandos e pedagogos

sobre as ações educativas dessa instituição museológica. Além disso, tinha o objetivo de contemplar a formação extensionista desse público, uma vez que a docência – foco dado pelas diretrizes promulgadas em 2006 para o curso de pedagogia – em um sentido ampliado não se restringe ao ambiente da sala de aula, dado que a formação do pedagogo atravessa o conhecimento sobre o espaço não escolar, no qual se inserem os museus, entendidos também como lugares de aprendizagem.

Em 2017, essa ação também contou com o apoio financeiro do Programa de Apoio Integrado a Eventos (Paie) da UFMG e do próprio MHNJB e foi ofertada gratuitamente. Foram realizados cinco encontros mensais, os quais contemplaram 172 participantes de um universo de 265 inscritos. Esse público consistiu-se, majoritariamente, de licenciandos em pedagogia, além de pedagogos, supervisores pedagógicos, orientadores educacionais, alunos do curso de magistério, profissionais que atuam em creches e alguns professores que lecionam no ensino superior. Os participantes eram oriundos da capital mineira e de cidades da região metropolitana (Santa Luzia, Vespasiano, Esmeraldas, Ibirité, Sabará, Betim, Contagem, São José da Lapa) e também do interior do estado, como da cidade de Nova Serrana.

Em termos de estratégia metodológica, os encontros apresentaram a seguinte estrutura: recepção e credenciamento; palestra “Museu: um campo de atuação profissional do Pedagogo?”; debate e diálogo com os participantes; caminhada na mata; visita ao Presépio do Pipiripau; visita aos espaços expositivos da História Natural; vivência no Jardim Sensorial; oficina “Pegada ecológica”; grupos de trabalho; avaliação, certificação dos participantes e encerramento.

Durante a realização das atividades, a observação e os diálogos informais com os participantes foram os instrumentos adotados para a avaliação da ação, que foi complementada por uma ficha-questionário preenchida e devolvida ao final de cada

um dos cinco encontros. Ainda, foi realizada uma avaliação *a posteriori* pela equipe.

A partir das fichas-questionário foi possível diagnosticar as opiniões sem relação à relevância das temáticas abordadas, às formas de divulgação dos encontros, à aplicabilidade dos conceitos e experiências vivenciadas durante as atividades, ao alcance do objetivo proposto, além de outros aspectos. Dos 172 participantes, 163 responderam ao questionário, ou seja, 94,8% do público.

Dos maiores percentuais de respostas, destaca-se: 80,4% avaliaram a programação proposta como ótima; 77,4% consideraram relevantes os conceitos e temas abordados nas atividades; 69,9% expuseram o interesse em aplicar os conceitos e as experiências vivenciadas; 65,6% qualificaram como ótima a forma de divulgação dos encontros; 76,7% definiram como ótima a escolha do MHNJB como local para a realização dos encontros; 97,6% declararam que a ação atingiu o objetivo proposto e 98,2% demonstraram interesse em participar de outros eventos no MHNJB.

Com a finalidade de melhor ilustrar esses percentuais avaliativos, destacamos alguns relatos dos participantes nas fichas-questionário acerca dos seus sentidos e significados ao vivenciarem momentos de aprendizagem em um espaço como o do MHNJB:

Através desse museu eu aprendi diversas coisas novas, aprendendo, novos conhecimentos. Gostei muito dessa forma de ensinar, assim o aprendizado é melhor (A21, participante do 1º encontro).

É um espaço muito bom, quero participar de mais encontro nesse espaço, pois gostaria de rever tudo que vi neste dia (B46, participante do 2º encontro).

Gostei muito do encontro. Achei enriquecedor, carga horária suficiente para apresentação do espaço sem correrias. Equipe

preparada e bem receptiva. Agradeço a oportunidade. Aberta a convites (C1, participante do 3º encontro).

Foi ótimo. Tive experiência e muita oportunidade para o meu desenvolvimento na minha carreira (D23, participante do 4º encontro).

Foi ótima a visita ao museu, visão diferente de tudo antes e indico para qualquer pessoa que queira adquirir conhecimento, um pensamento diferente (E13, participante do 5º encontro).

O Encontro de Formação de Pedagogos, enquanto ação extensionista realizada num espaço não formal de ensino, vem cumprindo com a função de expandir o processo de colaboração com as instituições formais de educação. As atividades desse projeto buscam apoiar a formação continuada de professores, contribuir para a formação inicial, desconstruir paradigmas em relação à ideia de museu, evidenciar outros campos de atuação profissional do pedagogo e estimular a inserção de alunos e egressos de pedagogia na extensão universitária por meio da apropriação das potencialidades oferecidas pelo MHNJB.

Projeto Ciclo de Formação Docente no Museu

O “Ciclo de Formação Docente no Museu” decorreu de uma parceria construída através de um projeto de extensão no ano de 2018 que envolveu a equipe técnica do MHNJB e quatro docentes da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, *campus* Belo Horizonte (FaE/CBH/UEMG).

Esse projeto, juntamente com as outras duas ações apresentadas, integra o rol de estratégias voltadas para a apropriação do MHNJB como espaço alternativo de formação de sujeitos, dado o objetivo de oferecer no local, atividades complementares à universidade e à escola formal, com a realização de práticas formativas diversas.

Com o propósito de ampliar o diálogo entre universidade e sociedade acerca da utilização de outros espaços para a

formação do educador, o “Ciclo de Formação Docente no Museu”, em 2019, propiciou a realização de três encontros distribuídos em eixos fundantes, que contaram com a disponibilização pelo MHNJB de pessoal técnico, estrutura e material de consumo (pastas e canetas) para os participantes, papel ofício, cartucho de tinta para impressão de listas de presença, ficha-questionários de avaliação, certificados e demais formulários utilizados no desenvolvimento das atividades.

Ao todo, inscreveram-se 152 pessoas, sendo que 43,4%, ou seja, 66 dos inscritos participaram efetivamente dos encontros. Esse público foi diverso, contando com estudantes de graduação e pós-graduação e pessoas formadas em cursos como Pedagogia, Geografia, História, Ciências Biológicas, Turismo, Museologia, Educação Física, Ciência da Informação e Educação Ambiental. Entre os participantes, identificamos 11 professores, dos quais cinco atuavam na educação infantil, quatro no ensino fundamental e dois no ensino médio.

Todos os encontros tiveram uma programação com recepção, credenciamento e certificação dos participantes; caminhada na ata; palestras de abertura; dinâmicas; visitas aos espaços expositivos e oficinas. As palestras, baseadas nos cinco campos de experiências estabelecidos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) – O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – contemplaram as seguintes temáticas: “Sentidos e Experiências Educativas no Museu”, “Crianças no Museu: Educação, Cultura e Lazer” e “Corpo, Movimento e Brincadeiras no Espaço Museal”.

Os encontros foram encerrados com a proposição da ficha-questionário, assim como nas ações dos anos anteriores, para diagnosticar a percepção dos participantes sobre as atividades vivenciadas, bem como explorar os sentidos e significados desses sujeitos sobre formação e atuação em espaços não escolares.

Entre os participantes, 63 devolveram a ficha-questionário, o que representou uma amostra de 95,4%. Os resultados demonstram que: 81% avaliaram a programação proposta como ótima; 90% consideraram relevantes os conceitos e temas abordados nas atividades; 92% têm interesse em aplicar os conceitos e as experiências vivenciadas; 46% e 42% qualificaram, respectivamente, como ótima e boa a forma de divulgação dos encontros; 90% acharam ótima a escolha do MHNJB como local para a realização dos encontros; 100% declararam que a ação atingiu o objetivo proposto e demonstraram interesse em participar de outros eventos no museu.

Os depoimentos que seguem representam algumas das respostas que fundamentaram as opiniões:

Contribui para reflexão sobre como o ensino pode envolver outras facetas, bem como a utilização de museus e espaços não tradicionais (A2, participante do 1º encontro).

Contribui para atribuir sentido a conteúdo de sala de aula com interdisciplinaridade, ou seja, vários conteúdos de várias matérias, como geografia, história, biologia e educação física (A3, participante do 1º encontro).

A proposta é formação docente e o espaço não escolar inspira uma nova etapa de aprendizagem. Cada momento teve um aprendizado diferente e mais rico (B2, participante do 2º encontro).

Estar num espaço multisensorial, representa uma oportunidade para o aluno indagar o seu lugar/espaço na vida. A natureza oferece questionamento em suas cores e dimensões e respostas ao se garantir a dimensão do olhar (B6, participante do 2º encontro).

O MHNJB pode contribuir para um aprendizado mais prático com a vivência do brincar essencial de modo que a criança possa vivenciar diferentes experiências em um local só (C12, participante do 3º encontro).

O projeto trouxe uma nova visão de como deixar a educação mais atrativa para as crianças. Além de possibilitar um outro espaço educativo fora do ambiente da escola (C23, participante do 3º encontro).

A análise desses depoimentos reafirma o museu como um espaço que (re)significa a formação docente e suas práticas, as quais se materializam na sala de aula, corroborando com a finalidade da extensão universitária, a práxis educativa, ou seja, a ação transformadora que se concretiza no fazer pedagógico.

O conjunto dessas três ações extensionistas tanto ratifica a potencialidade pedagógica do museu – contribuindo para a sua aproximação do ambiente escolar, superação da dualidade entre espaços escolares e não escolares e dos preconceitos acerca da instituição museológica – quanto amplia a formação de professores e, especialmente, evidencia a abrangência do campo de atuação do pedagogo.

Essas ações refutam, portanto, uma concepção de extensão universitária restrita a um viés assistencialista ou a uma ideia de que os serviços oferecidos não promovem uma efetiva articulação do ensino e da pesquisa em diálogo com a sociedade.

Pelo exposto, concluímos que o MHNJB se desponta como local em que se possa reforçar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o diálogo entre educação, sociedade e espaço não escolar; a (re)significação do processo formativo e das práticas pedagógicas dos professores no âmbito da sala de aula. Tudo isso ratifica a sua apropriação como lócus demandante da atuação dos profissionais detentores de um entendimento de museu como dotado de sentidos e significados no contexto da educação.

Contornos finais

Os museus surgem com o propósito de instigar a construção de um espaço eminentemente pedagógico, consolidando-se ao longo de sua existência como um lugar propício à ressignificação do conhecimento nos diferentes contextos temporo-espaciais. Na contemporaneidade, configuram-se como instituições propulsoras da metamorfose humana e da realidade social por

meio da reflexão propiciada pelos seus acervos, que desvelam questões históricas, políticas, culturais, econômicas, ambientais e tecnológicas.

O MHNJB, lócus das ações extensionistas exploradas ao longo deste texto, desde a sua criação, cumpre sua vocação de divulgar o conhecimento científico produzido ali. A riqueza do espaço e do acervo, intensificada pelo seu potencial interdisciplinar, torna-o um local privilegiado para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e, especialmente, de extensão.

Embasado nesse tripé, o MHNJB, nos últimos cinco anos, vem ampliando suas ações extensionistas com foco nos docentes, sempre propondo práticas formativas diversas destinadas a professores, como os projetos apresentados neste capítulo. O intuito é propiciar vivências significativas em um espaço que instiga o conhecimento sobre si e sobre a história da humanidade; desconstruir paradigmas em relação à ideia de museu como local exclusivo de guarda de coleções; estimular a inserção de novos públicos; estreitar as relações entre as instituições formais e não formais de ensino; colaborar com a formação inicial de acadêmicos das diversas licenciaturas e com a formação continuada de professores que atuam na educação básica e superior; ressaltar novas formas de inserção para o profissional de pedagogia e socializar práticas formativas que ocorrem nas instituições museais.

Por fim, registra-se que, na concepção dos atores que participaram dessas ações, os objetivos propostos têm sido alcançados, o que demonstra que a formação acadêmica se dá em uma via de mão dupla, tendo o museu como partícipe desse processo. Dessa forma, fica evidente que a formação do professorado não está limitada à academia, visto que outros espaços, de natureza científica e cultural são fundamentais e podem (ou melhor, devem) corroborar com a constituição do sujeito professor.

A partir da premissa de que ensino, pesquisa e extensão são inseparáveis, conclui-se que os museus universitários cumprem

a finalidade institucional de envolver a extensão na formação humana, acadêmica e científica, o que ratifica a sua importância na estrutura universitária, com vistas a materializar a produção e a disseminação do conhecimento.

Referências

- ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e Coleções Universitários**: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo? 2001. 311 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/pt-br.php>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 jan. 2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11904-14-janeiro-2009-585365-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 maio 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017. Institui a plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 2017, Seção 1, p. 6. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=10/01/2017>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 1 dez. 2019.

- CAZELLI, Sibeles; VALENTE, Maria Esther. Incursões sobre os termos e conceitos da educação museal. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, p. 18, maio/ago. 2019.
- CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 2007.
- CHAGAS, Mário. Um novo (velho) conceito de museu. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 183-192, jul./dez. 1985.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- FALCÃO, Andréa. Museu como lugar de memória. In: Museu e escola: educação formal e não-formal. **TV Escola/ Salto para o futuro**. Brasília, Ministério da Educação/secretaria de educação a distância, ano 19, n. 3, maio 2009. Disponível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012191.pdf. Acesso em: 10 ago. 2015.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: NASCIMENTO, Silvania Sousa; TOLENTINO, Átila; CHAGAS, Mário (coord.). **CADERNO de diretrizes museológicas 1. 2.** ed. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.
- MARANDINO, Martha. Educação, Ciência e Extensão: a Necessária Promoção. **Revista Cultura e Extensão USP**, São Paulo, v. 9, p. 89-100, 2013.
- NASCIMENTO, Silvania Sousa; TOLENTINO, Átila; CHAGAS, Mário (coord.). **CADERNO de diretrizes museológicas 1. 2.** ed. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 149.

- NASCIMENTO JÚNIOR, José; CHAGAS, Mário. Museu e Política: Apontamentos de uma Cartografia. In: NASCIMENTO, Silvania Sousa; TOLENTINO, Átila; CHAGAS, Mário (coord.). **CADERNO de diretrizes museológicas 1**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2. ed., 2006.
- PEREIRA, Júnia Sales; BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Museu e Experiências Docentes. **Ensino Em Re-vista**, v. 20, n. 1, p. 83-94, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23211/12754>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do Ensino Superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.
- UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Museu de História Natural e Jardim Botânico. **Plano Museológico**. 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnb/wp-content/uploads/2018/09/PlanoMuseologico27102015.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A função educativa de um Museu Universitário e Antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Cadernos do CEOM**, v. 18, n. 21, 2014.